

## CONSELHO GERAL DA ESEL

### ATA n° 02/CG/2020

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu online, via Colibri ZOOM, em consequência da situação pandémica em que o país se encontra devido à COVID-19, o Conselho Geral da ESEL, estando presentes os seguintes conselheiros:

Ana Catarina Guerreiro de Almeida; Ana Cristina Miranda Romano Fontes Pereira de Melo; Ana Nunes de Almeida; Carla Alexandra Aguiar Sales; David de Sousa Loura; João Manuel Braz Veiga; Luís Velez Lapão (Presidente); Manuel Barroso Silvério Marques; Maria Adriana Pereira Henriques; Maria Emília Campos de Brito; Maria Isabel Félix dos Santos (Vice-Presidente); Maria Manuela Azevedo Saraiva Calado Marques; Maria Odete de Carvalho Lemos e Sousa; Maria Teresa Sarreira Leal; Olga Maria Ordaz Ferreira;

Participou na reunião a convite do Presidente do CG, o Presidente da ESEL Professor João Santos.

De acordo com a convocatória enviada, a reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Votação da ata n° 1 de 2020;
- 2 - Ponto situação e discussão sobre a adaptação do Plano Académico e reorganização curricular dos cursos da ESEL no contexto da COVID-19;
- 3 - Organização das Jornadas ESEL dedicadas ao Ano Internacional do Enfermeiro;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Geral tomou a palavra, dando as boas vindas a todos os presentes, dando de seguida início à ordem de trabalhos.

**Ponto 1** – Foi posta a votação a Ata n° 1/2020, que após pequenas alterações, a mesma foi aprovada por treze votos a favor e duas abstenções de conselheiros que não estiveram presentes na reunião da referida Ata.

**Ponto 2** – O Presidente do CG abriu o debate, propondo que todos os conselheiros manifestassem a sua opinião sobre a situação relacionada com a pandemia em contexto da COVID-19, tendo em conta a documentação a que tiveram acesso, reconhecendo assim, o esforço da Presidência da ESEL nas decisões urgentes e inadiáveis a que esteve sujeita. Admite que este é um tema complexo e, por

isso, entende que o Conselho Geral deve assumir a responsabilidade de contribuir, dando sugestões no sentido de apoiar a Presidência da ESEL, nas medidas que estão a ser e nas que poderão a vir a ser tomadas.

**A conselheira Ana Nunes de Almeida** pediu a palavra, dizendo que, como membro externo do CG da ESEL, gostaria de expressar um Voto de Louvor a todos os profissionais de saúde nomeadamente aos Enfermeiros. É de salientar que, nestes últimos tempos têm tido um papel absolutamente heróico no combate à pandemia. Também vieram mostrar à sociedade portuguesa a importância de funções como o cuidar, que, muitas vezes, são esquecidas na nossa vida individual e coletiva. O Presidente do CG reiterou que era um Voto de Louvor de todos os conselheiros do CG.

**O conselheiro David Loura**, congratulou-se, com o Presidente do CG, por trazer este tema à discussão deste Órgão, considerando que daqui podem sair alguns *inputs* para a reorganização curricular dos cursos que a ESEL ministra. Começou por dizer que os estudantes reconhecem que a situação da reorganização dos cursos que funcionam na ESEL é complexa e exige adaptação de todos, que, em tão pouco tempo, foi possível terem um ensino adaptado às circunstâncias. Referiu que é de louvar as decisões que foram tomadas e sempre fundamentadas na ciência mais recente, tendo em vista os aspetos macroeconómicos desta pandemia, que irão refletir-se na forma como a ESEL, nos próximos períodos, poderá conciliar esta questão macroeconómica, com a qualidade do ensino na ESEL. Considerou que as decisões tomadas pela Presidência tiveram em conta a qualidade do ensino e que visaram preparar a dignidade do exercício da enfermagem e da própria disciplina, expressando que os estudantes sentiam orgulho da Instituição a que pertencem por esta veicular estes valores.

No entanto, proferiu algumas considerações menos positivas, dizendo que os estudantes têm estado ao lado da Escola em todas as decisões para as quais são chamados a dar o seu parecer, designadamente através dos Órgãos de Gestão onde estão inseridos, bem como através da Associação dos Estudantes da ESEL. Refere ainda que existem algumas decisões de reorganização que foram tomadas, em que os estudantes sentem que os seus contributos foram ignorados e que este tema tem sido bastante questionado pelos mesmos que sentiram a falta desse envolvimento. Indicou o exemplo dos docentes que não valorizam os contributos dos estudantes, considerando não ter havido resposta às suas sugestões para algumas decisões tomadas. Dada a ausência de estudantes

no Conselho Técnico-Científico, aqueles também não têm qualquer influência nas decisões tomadas por este Órgão.

Manifestou ainda desconforto sobre a competência da Comissão de Acompanhamento - COVID - 19, onde a AEESEL está representada, referindo que esta Comissão já reuniu diversas vezes e que na primeira reunião, a AEESEL transmitiu que qualquer solução de reorganização curricular, deveria passar por essa Comissão, e que a decisão deveria ser lá discutida. Ora, não foi isso que aconteceu, não tendo assim a AEESEL também aqui, poder de representatividade.

Insiste que se devia valorizar o contributo dos estudantes para a concepção de soluções em conjunto, nomeadamente o direito a pronunciarem-se sobre as alterações aos métodos de ensino, à orientação pedagógica e às alterações que existam na concretização daquilo que está planeado e postulado no Plano de Estudos. Remete esta questão para Bolonha, que refere que os estudantes devem estar no centro do processo de ensino e aprendizagem. Considera assim, que, para evitar a perda de confiança, revolta e desilusão, os estudantes deviam ser envolvidos na concepção destas soluções, quer através da AEESEL, quer por via dos representantes de estudantes nos Órgão de Gestão, quer pelos delegados de turma. Possibilitaria uma maior simbiose e ajustes de expectativas entre todos e também um maior alinhamento relativamente às atividades que fossem sugeridas ou soluções a adotar, constituindo, portanto, um aumento de espírito de pertença à Escola.

Referiu ainda haver outra problemática, que considera de nível geral, ou seja, a informação que lhes é transmitida, para além de não os envolver ainda lhes é comunicada de forma imprecisa e, muitas vezes, contrária. Continuou apelando a que a informação deverá ser uniforme, que as regências das unidades curriculares e outros, principalmente em situações de *stress* como o que se está a viver e em que a incerteza assola os estudantes relativamente à progressão do seu Curso, sejam cuidadosamente comunicados.

Colocou ainda a questão que tem sido abordada pelos estudantes principalmente os do 3º e 4º anos e pelos que vão entrar a partir do início do mês de junho em ensino clínico, considerando a fase atual relativamente à COVID -19. Informou que alguns dos estudantes têm receio relativamente ao aumento do risco que correm em contrair esta doença, devido ao aumento de exposição no retorno aos ensinos clínicos. Alertou para o facto de que, se algum estudante contrair a doença, esta obrigá-lo-á a ficar em quarentena, o que irá refletir-se na sua aprendizagem. Dificilmente conseguirá atingir aquilo que são os resultados de aprendizagem preconizados para o ensino clínico, dado que será

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

reduzido o tempo inicialmente previsto. Propôs a possibilidade de o estudante em situação de ensino clínico, frequentar a época especial, tal como foi transmitido pela regência, no sentido de completar o curso. Deixou ainda a sugestão de isentar os estudantes do emolumento referente à época especial, considerando as circunstâncias excepcionais nesta fase de pandemia, para efeitos de concretização do ensino clínico daqueles que foram infetados por SARS-COV-2 (COVID-19).

**A conselheira Ana Guerreiro** tomou a palavra e teceu algumas considerações de satisfação sobretudo pela forma como a ESEL se adaptou a lecionar as aulas essencialmente aos colegas do 1º e 2º anos. Elogiou a forma como os docentes se adaptaram à utilização dos equipamentos eletrónicos disponíveis, conseguindo assim acompanhar os estudantes no seu percurso de aprendizagem. Enalteceu também a Presidência pelo cuidado especial que teve de os ir informando através de e-mails, dando-lhes conhecimento do que estava a acontecer, considerando ter sido bastante positivo. Reiterou ainda, alguns aspetos proferidos pelo conselheiro David Loura e acrescentou que os estudantes acham que é prejudicial, o facto de não haver auscultação e envolvimento dos estudantes nas matérias já mencionadas ou, quando ela existiu, ser a posteriori onde já existiam decisões tomadas. Referiu que os estudantes dos 1º e 2º anos tinham unidades curriculares de avaliação contínua e muitas delas tinham dois momentos de avaliação. Atualmente têm apenas um, sendo que os estudantes acabariam neste momento de ter lecionadas as componentes teórica e teórico-prática e no atual regime só daqui a algum tempo terá o seu momento de avaliação, o que os prejudica.

Alertou que este facto irá exigir muitos recursos, quer do ponto de vista físico, económico como humano. Considera ser uma sobrecarga para os docentes, obrigando-os a ter um papel importante no que concerne à reorganização no sentido de possibilitar este momento.

Terminou, disponibilizando-se para o que for necessário, informando que a AEESEL está disponível para tentar ajudar nas estratégias que forem propostas.

**A conselheira Teresa Leal** tomou a palavra e esclareceu que, relativamente ao calendário de frequências, ele apenas tinha sido modificado no modo em que as frequências são feitas, porque foram todas deslocadas para o final. Continuou dizendo que todas as cadeiras em que tinham planeado dois ou mais momentos de avaliação periódica, estes foram mantidos, informando que nenhuma frequência tinha sido cancelada. Relativamente ao 3º ano, a conselheira referiu que é uma das suas grandes preocupações, devido às contingências a que a ESEL é alheia, estando sujeita aos campos de estágio para a aprendizagem em contexto clínico. Estas contingências impedem a

existência de estágios para todos os estudantes, tendo sido optado por dar prioridade à formação dos estudantes do 4º ano, considerando que, quanto mais cedo o 4º ano terminar a sua formação, mais cedo existirão vagas para dar continuidade à formação do 3º ano.

**O conselheiro Silvério Marques** tomou a palavra reconhecendo que esta situação é nova e certamente bastante complicada e que o que vem a seguir não será menos. Felicitou assim, a forma como globalmente as coisas têm sido conduzidas nas várias vertentes, dando o exemplo do que era do seu conhecimento na estrutura hospitalar e nas universidades, entre outros. Salientou o facto de variadíssimas pessoas, como netos de todas as idades, desde a instrução primária aos universitários, estarem a tentar adaptar-se a uma situação que considera não ser nada fácil. Prosseguiu, dizendo que esta situação pode ser vista como uma oportunidade, quer em matéria de reflexão, quer em matéria de investigação. Reconheceu que, apesar dos elogios que todos podem dar aos profissionais de saúde, que são justos, entende que houve coisas que não correram bem e que essas coisas deviam ser examinadas: a taxa elevada de enfermeiros que adoeceram, o atraso nas medidas concretas que foram propostas em Portugal e noutros países europeus, a manipulação das estatísticas. Considerou assim que existe um conjunto de problemas muito importantes que precisam ser examinados e que a Academia e as Universidades têm aqui um papel muito importante. Deixou ainda a mensagem de que os riscos de contaminação cá fora são muito maiores do que nos hospitais, tais como o uso dos transportes, as praias, entre outros.

**A conselheira Ana Nunes de Almeida** tomou a palavra para fazer duas observações: relativamente à participação, as escolas e universidades em geral tiveram que, de um dia para o outro, improvisar planos de emergência, planos de urgência para conseguirem continuar em funções. Enalteceu a dedicação, esforço e a improvisação que teve que haver para fazer o melhor possível, tendo em conta a sobrecarga de trabalho. No que respeita aos estudantes, considerou que houve não só na ESEL, mas em Portugal, uma visão muito “adulto-cêntrica” nas políticas públicas sobre os impactos da pandemia e das formas como se podia lidar com ela. Não se teve o cuidado de envolver os jovens, com a sua voz ativa, com a sua experiência peculiar na concepção dos planos de contingência. Foram ignorados, a todos os níveis, constituindo assim, uma perda do ponto de vista da democracia. Referiu que é um pouco retomar a ideia tradicional da escola em que os alunos são recetores e não participantes ativos na construção do projeto escola: Ora os alunos são o centro da escola e, portanto, devem ser envolvidos em tudo aquilo que tem a ver com a mesma. Prosseguiu aludindo, à

importância de criar processos colaborativos de construção passo a passo destas fases que são tão imprevisíveis e desgastantes e que temos que perceber que vamos ter que conviver com o vírus e com este risco, pelo que teremos que alinhar caminho para dar força aos processos de colaboração e de tomada de decisão conjunta, devendo os estudantes estar no centro das decisões.

Terminou referindo um estudo feito pelo Instituto de Ciências Sociais e o ISCTE, sobre os impactos sociais da pandemia. Um dos resultados que a surpreendeu foi o facto de os jovens entre os 16 e os 24 anos serem dos grupos que mais têm sofrido com o confinamento. Este resultado teve a ver com o facto de passarem a estudar em casa, *online*, sendo privados dos seus espaços de vida que era a escola. Estando muitos deles em escolas superiores e universidades, há que ter um especial cuidado em acompanhá-los, pois revelam-se vulneráveis.

**A conselheira Odete Lemos e Sousa** proferiu algumas palavras de agradecimento que considera serem justos, à Presidência da ESEL por todo o trabalho que desde início desta situação teve para acautelar a segurança de todos, estudantes, docentes e não docentes, por todo o envolvimento que tem tido e a preocupação com todas as áreas da Escola. Prosseguiu dizendo que, daquilo que tem conhecimento, os estudantes foram envolvidos nos Órgãos em questão e também na *ui&de*. Considera, no entanto, que os estudantes, nalgumas áreas, nomeadamente na concretização de algumas unidades curriculares, poderão não ter sido logo envolvidos na ânsia de dar respostas porque é sabido que a ESEL nunca parou. Deu o exemplo de outras escolas superiores que tiveram que parar para se reorganizar ao contrário da ESEL, que se manteve sempre em funcionamento e é muito importante que o 1º e o 2º anos fossem continuando. Relativamente ao 3º ano, referiu que se conseguiu manter as atividades até às férias da Páscoa, trabalhando as experiências que já tinham ocorrido em ensino clínico e que desse período só restava a atividade clínica que não pode ser substituída por outras tipologias de aulas. Esclareceu que reuniram com os representantes dos estudantes do 3º ano e fizeram propostas concretas de atividade para manter o raciocínio clínico o ensaio da tomada de decisão, manter os conhecimentos e até aprofundá-los, quer através das plataformas que sugeriram, quer a continuidade do acompanhamento pelos professores. Informou que foi com grande surpresa que depois da reunião recebeu uma mensagem da porta-voz dos representantes dos estudantes, manifestando incómodo, porque tinham dito que as propostas que faziam eram facultativas. Não gostaram de ver que os professores foram incentivados a contactar os alunos que acompanhavam em estágio e a continuar a trabalhar com eles. Queriam ser eles a

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

contactar os professores se assim entendessem necessário. Nesta sequência, foi pedido aos professores para não o fazerem, situação que a incomodou bastante. Criaram propostas concretas de trabalho e deixaram à consideração dos estudantes a adesão ou não às mesmas, estando os professores disponíveis para os ajudar. Informou ainda que alguns estudantes continuam a querer e que até pediram para assistir a aulas do 1º e 2º anos, tendo sido facultados os contactos dos regentes para que isso fosse possível. Revelou muita preocupação com a situação, mas acha que começa a haver uma sensibilidade das instituições para a abertura dos ensinamentos clínicos e acredita que assim que o 4º ano conclua o seu curso, possa ser assegurado o número de vagas, para o 3º ano dar continuidade à sua aprendizagem.

**A conselheira Ana Melo** começou por agradecer à Presidência da ESEL, a forma como conduziu toda a situação nos últimos dois meses, felicitando também os colegas (professores) que aderiram e demonstraram, a solidariedade e a capacidade de em dois meses reinventar e fazer acontecer, aulas online, reuniões, etc. Prosseguiu, dizendo que relativamente ao 1º ano, apesar de alguns entraves na primeira semana, posteriormente tudo correu bem e aqueles foram sendo ultrapassados.

Relativamente ao mestrado, diz que houve a possibilidade de interromper, suspender, que tem falado com os alunos semanalmente para ir percebendo quais são as dificuldades que sentem e retomar este processo a 1 de Junho. Diz que alguns dos estudantes partilharam com os docentes que poderiam ter sido ouvidos, tal como já tinham dito os conselheiros David Loura e Ana Guerreiro, mas que compreende que o universo da Escola é muito grande e que perante a urgência das decisões, seria incomportável ouvir toda a gente. Aceitaram, no entanto, retomar a atividade a 1 de Junho.

Referiu ainda que, ao integrar o Conselho Pedagógico, nas reuniões, também tem sentido este desconforto por parte dos estudantes dos 3º e 4º anos, pensando ser os que estão mais ansiosos.

Terminou, dizendo que dentro deste aparente caos, também nascem coisas boas, porque conseguiu-se manter alguma contenção, orientação e o foco e que, por isso, felicitava todos os que ali estavam.

**A conselheira Isabel Félix** proferiu que parte do que queria dizer já tinha sido dito e subscrevia o que as conselheiras Odete Lemos e Sousa e Ana Melo tinham referido. Prosseguiu dizendo que queria reforçar que era sua preocupação e da maioria dos docentes que estão envolvidos com as aulas dos 1º e 2º anos e também com estudantes do ensino clínico, e bem assim com o 3º ano e com o 4º ano. Disse que foram muitos os seus esforços para motivar os discentes do 3º ano tendo sido

parcialmente bem-sucedida, disse que acolheu um grupo de estudantes que estavam ao encargo de uma contratada, sob sua supervisão, mas que esta se encontrava na linha da frente e que contactou esses estudantes para constituir um grupo de trabalho alargado, num universo de onze estudantes. Três deles, com alguma delicadeza, recusaram integrar o grupo para trabalhar. Compreende, no entanto, que alguns dos estudantes que recusaram trabalhar, possam ter encargos familiares a que tenham que dar resposta, outros que, neste momento, tenham que ir trabalhar, porque a estrutura familiar sofreu alterações por força da pandemia, ou mesmo, acesso à internet ou recursos informáticos os possa impedir de integrar os grupos. Dirigiu-se aos conselheiros David Loura e Ana Guerreiro e solicitou que eles, enquanto representantes dos estudantes no CG, reforçassem junto dos seus colegas, que os docentes que integram as equipas dos ensinos clínicos estão dispostos a dar continuidade a este trabalho.

Concluiu dizendo, que compreende perfeitamente a angústia que os estudantes estão a viver neste momento e entende que os estudantes do 2º ano se sintam muito inquietos, porque não podem progredir para o 3º ano, enquanto estes não deixarem o lugar vago, e que, com certeza, esta preocupação será transversal a todas as estruturas que têm o poder de decisão na ESEL.

**A conselheira Manuela Marques** referiu, que sendo um membro externo e não fazendo parte da vida interna da Escola, consegue perceber que o que se passa na ESEL e acha que não é muito diferente do que se passa nas outras instituições. Sobre este assunto falava pela experiência que tinha na casa (Direção de Saúde da Santa Casa) a que pertence e que compreendia o sentimento dos alunos que de um momento para o outro se sentiram defraudados, frustrados, não tanto pelas questões que são decorrentes da Escola, mas porque tudo isto que submergiu é avassalador. Disse que existe imensa incapacidade e que sentimos que estamos condicionados, frustrados porque, de repente, ficamos com a sensação que temos a vida completamente adiada sem poder de decisão nas nossas vidas.

Perante esta situação, compreende que, daquilo que acompanhou e até de algumas conversas que teve com o Presidente da ESEL Prof. João Santos, tinha sido feito o que era possível na ESEL, bem como todas as outras instituições dentro dos condicionalismos que se apresentavam.

Acrescentou que, relativamente ao cumprimento dos planos de estudos, a toda a angústia que se está a viver no que respeita ao futuro, são as concretizações e finalizações que estão pendentes e adiadas, sendo de referir o caso dos alunos, sobretudo os do 4º ano da ESEL em relação aos ensinos clínicos,

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten text]*

também existe o outro lado da questão. O caso das instituições prestadoras de cuidados diretamente no terreno em vários contextos, que foi verdadeiramente avassalador, seja ao nível de cuidados primários, seja ao nível dos idosos, teve que haver um esforço colossal na organização diária, confrontados com nova legislação que previa o acompanhamento dos profissionais aos menores de 12 anos, daqueles também com doenças de risco, que originou equipas desestruturadas e falta de pessoas. Reforçou que são muitas as vezes que se sentem esgotados e incapazes de dar resposta. Continuou afirmando que, decorrente desta situação e porque as instituições têm que cumprir as orientações do governo, foram forçadas a reajustamentos diários, obrigatoriedade da proteção dos profissionais e tinham que continuar a dar resposta aos utentes, repensando equipas, reorganizando horários e planeando EPIs de acordo com o contexto da prestação de cuidados.

Prosseguiu dizendo que estamos progressivamente numa retoma, sujeitos a cumprir as medidas do governo e da própria instituição que são as orientações internas, colocando-se novamente uma série de questões. Isto porque, compreende a necessidade da colocação dos alunos da ESEL, em particular os alunos do 4º ano, em vários contextos nas vertentes de ensinamentos clínicos opcionais e, sendo ela própria conselheira do CG da ESEL, sente uma particular responsabilidade ao nível da instituição a que pertence de poder facilitar e abrir portas para estágio, mas, colocar pessoas externas neste momento numa ERPI, não será boa prática, devido ao contacto com os idosos em situação residencial e, neste sentido, estão com grandes dificuldades em poder perspetivar essa possibilidade. Face a toda esta situação, compreende os estudantes conselheiros na sua intervenção, quando disseram que tinham receio de ir para os transportes públicos e se poderem contaminar, mas ripostou que são enfermeiros e que esta profissão tem um grau inerente de risco, seja na pandemia, seja noutra situação qualquer. Temos que perceber que, ao irmos ao supermercado, estamos expostos e provavelmente não estamos tão expostos quando estamos com os utentes, porque estamos protegidos com os EPIs. Considera que, na maior parte das vezes, nós somos o veículo de risco para as instituições onde estão idosos.

Diante do que já tinha dito, queria dizer que logo que rececionou o pedido de estágios da ESEL para início a um de junho, apresentou-o de imediato, superiormente, mas ainda não tem uma resposta para dar, porque a um de junho ainda estão com um défice muito grande de profissionais, devido à existência do pessoal que integra as equipas ser muito jovem, têm filhos menores de 12 anos que estão em creches e escolas, que estão encerradas e, por isso, ainda não sabem o que vai acontecer a

1 de Junho. Esclareceu, no entanto, que, apesar das condicionantes, estão disponíveis para partilhar preocupações e querem contribuir para formar pessoas com qualidade e que isso seja uma realidade possível.

**A conselheira Olga Ordaz** começou por dizer que, pelo facto de atualmente se encontrar de dispensa de trabalho, tem acompanhado de perto as vivências que se têm passado na Escola, através de algumas partilhas de colegas, reforçando que tem estado bastante atenta a todo o processo e que se solidariza com as decisões que foram tomadas. Fez questão de dizer que a Escola, de uma maneira geral, respondeu, tal como o país, de uma forma eficaz e muito ponderada ao caos que estava instalado. Considerou que houve uma atitude de moderação, ponderação sem precipitações e reconheceu que foi feito um esforço muito grande com a questão do e-learning, que se veio revelar um aspeto muito positivo, na medida em que, para além de se conseguir dar continuidade à formação dos estudantes, veio impulsionar a possibilidade da utilização de metodologias com as quais as pessoas não estavam muito familiarizadas, mas que deixará alguma coisa de bom para o futuro que será um impulso muito importante na utilização destas ferramentas. Diz ainda que ouviu e compreende a preocupação da Associação dos Estudantes, mas que, da sua longa experiência na Escola relacionada com o cargo que ocupou, na sua perspetiva, a participação dos estudantes, em momentos de crise, não tem a ver com a sua inclusão nos processos. Penso que também tenha a ver com a não participação nesses processos, ou seja, mesmo integrados nesses processos existe pouca mobilização dos estudantes. Trata-se de um problema complexo e multifatorial. Lembrou que a própria Associação de Estudantes se queixa da fraca adesão dos mesmos nas suas iniciativas, apesar do seu esforço para essa mobilização.

Referiu-se ainda aos casos reportados pelas conselheiras Odete Lemos e Sousa e Isabel Félix, considerando que lhe faz alguma confusão a resposta dos alunos do 3º ano, porque as atividades que são consideradas de substituição duma realidade que não é possível transpor e que são escolhidas em conjunto, através de reuniões de delegados de turma, não compreende que os estudantes tenham esta atitude de dizer que isto não é obrigatório. Duvida se, à partida, não devia haver, aqui, uma relação de compromisso. Terminou dizendo que percebe as questões pertinentes dos conselheiros David e Ana e que é totalmente solidária, dizendo que o papel deles é muito importante, porque poderá de algum modo ajudar a facilitar a articulação deste compromisso de que estão todos no mesmo barco e que temos que fazer o caminho, em conjunto, mesmo que ele seja difícil.

A **conselheira Adriana Henriques** proferiu que acompanhou, com muito apreço, o desenvolvimento das medidas que têm sido tomadas na ESEL, neste contexto tão difícil. Continuou dizendo que, relativamente à licenciatura e aos estudantes de licenciatura, tem acompanhado de uma forma mais distante, tendo em conta que neste momento não se encontra a lecionar no CLE, mas sim nos cursos de mestrado e doutoramento. Referiu que, no que concerne à sua leção concretamente este ano, tem tentado o seu acompanhamento, tendo em conta que, a maior parte dos seus estudantes são profissionais de saúde colocados na linha da frente, existe uma dificuldade acrescida em acompanhar estes processos pedagógicos. Acentuou que, em determinado momento, estes processos foram mesmo interrompidos. Continuou dizendo que, a pedido dos estudantes, os professores estiveram disponíveis para dar continuidade às orientações tutoriais nalgumas situações de desenvolvimento. Para tal, elaborou um planeamento ajustado, logo após a fase de início de confinamento. Noutra momento mais avançado, a pedido dos estudantes, quer do doutoramento, quer do mestrado, eles foram interrompidos. Vê agora a possibilidade de alguns contextos se agravarem e, nesta medida, diz que começaram hoje os contactos com os orientadores dos locais de estágio, concretamente os do curso de mestrado em cuidados de saúde primários, não sabendo de que modo é que, eventualmente, o desenvolvimento terá que ser individualizado, num espaço de tempo mais alargado. Considera que é necessário gerir tudo isto e passar aos estudantes que estamos preocupados em realizar e a permitir concretizar o estágio, dentro de um cronograma aprovado e alargado. Tudo isto vai ter que ser assumido com alguma flexibilidade, porque, provavelmente, haverá estudantes que vão acabar num tempo diferente de outros, em função da disponibilidade do contexto para o qual estava aprovada a realização dos seus estágios. Informa ainda que os estudantes de doutoramento fizeram um pedido à reitoria para um ajuste temporal relativamente à conclusão das suas teses e tiveram melhor acolhimento do Conselho Científico do doutoramento em enfermagem. No que respeita às propinas, cabe à Reitoria e às respetivas Direções pronunciarem-se.

Por fim, referiu que nos últimos dois meses se tinha dedicado bastante, tendo participado em cinco programas sendo um internacional, que foi a continuação de duas da FCT, propostas inovadoras. Cinco propostas de COVID, duas numa primeira fase e três na segunda. Nesta segunda fase, a ESEL juntou-se à coordenação de uma delas. Em todas estão incluídos estudantes de diferentes níveis, mestrado e licenciatura, informou que, nas propostas que foram submetidas, estão garantidas a

participação de estudantes, umas mais ao nível de mestrado e outras mais ao nível de mestrado e licenciatura.

**A conselheira Emília de Brito** começou por agradecer a todos os conselheiros que partilharam todas as suas reflexões, dizendo que concorda com muitas delas. Felicitou a presidência da ESEL, porque tomou a decisão de encerrar a Escola, indo contra à decisão do Conselho Nacional de Saúde Pública, reconhecendo que foi uma medida muito difícil, mas com certeza que foi uma medida a pensar na segurança de toda a comunidade escolar. Disse ainda que, nas unidades curriculares em que está a colaborar, tem havido um grande esforço, porque não estava habituada ao ensino à distância. Reconhece que, com esforço de adaptação e ajustes, quer da parte dos professores, quer da parte dos estudantes, nomeadamente aqueles com quem esteve a colaborar diretamente, as coisas estavam a correr bem. Disse que a pandemia também traz oportunidades de refletirmos sobre práticas, referindo-se à questão colocada dos enfermeiros infetados e também dos médicos que são profissionais de saúde, o que nos leva a outra preocupação que são as infeções associadas aos cuidados de saúde, devido à quebra, por vezes, de procedimentos que são princípios básicos e que devem ser tidos em conta pelos profissionais de saúde. Continuou dizendo que ouviu com muita atenção a preocupação dos estudantes e, na sua relação com os estudantes do 4<sup>a</sup> ano, sabe que a sua preocupação, neste momento, é a conclusão do seu curso. Coloca-se ainda outra questão, que é a questão do custo dos EPIs: quem suporta esses custos? Atenta que o seguro existente não cobre a questão dos estudantes ficarem infetados com a COVID e que esta questão já tinha sido levantada por eles. Reforçou o facto de todos os conselheiros terem aqui um papel importante, porque considera que a liberdade se faz também com a responsabilidade individual de cada um. Todos somos cidadãos e a democracia faz-se com a participação dos cidadãos, onde está cada um de nós neste Conselho Geral, incluindo os estudantes. Por fim, alertou para o facto de se estar a entrar num período de avaliação de novos planos de estudos, chamando a atenção para a necessidade de ser feita uma reflexão no mesmo, nomeadamente de todo o ensino clínico ser na fase final do curso. Considerou que as crises também servem como oportunidades. Por um lado, termos mais telescola e por outro teletrabalho, o que pode ser uma mais valia, porque precisamos de mais formação, sem deixar de pensar também no plano de estudos, porque o que temos de mais certo são as incertezas.

**A conselheira Carla Sales** salientou que ia falar da visão dos não docentes, relativamente ao confinamento e teletrabalho. Referiu que o sentimento daqueles era que a resposta da presidência

fora atempada, notaram um grande empenho e esforço por parte da Direção em fazer chegar a informação. Embora haja serviços difíceis de assegurar o teletrabalho, porque existem dois polos, uma residência e três portarias, com esforço, o teletrabalho, neste momento, é uma realidade. Terminou dizendo que, neste momento, a articulação entre serviços está a correr bem.

**O conselheiro João Veiga** referiu compreender que relativamente à decisão da calendarização dos estágios do 4º ano decorrer no mês de agosto, os professores sacrificarão as suas férias nesse mês, uma vez que, só assim, os estudantes do 4º ano poderiam concluir o estágio/curso em simultâneo e entrarem no mercado de trabalho. Referiu que observou da parte de alguns docentes uma disponibilidade imediata para recalendarizar as suas férias no mês de Agosto e poderem estar disponíveis para orientarem os estudantes. Esclareceu que, nos últimos dias, a resposta das instituições alterou-se e a calendarização em quatro fases já não vai ser necessária, permitindo resolver o problema bastante mais cedo. Acrescentou que, se as coisas continuarem como se pensa, pela posse dos dados que tem atualmente, será provável que o curso esteja concluído e os enfermeiros prontos para entrar no mercado do trabalho antes do mês de agosto. No que respeita à participação dos estudantes, quer nas atividades letivas que lhes estão propostas, quer nos processos de decisão, disse que tem acompanhado no que respeita à unidade curricular em que participa, mas foi preciso repensar todo o planeamento que estava realizado. Afinal tinham iniciado o estágio há duas ou três semanas e, em 120 instituições, tinham sido colocados 280 alunos, distribuídos por 80 professores. Neste momento vai ser necessário recomeçar este processo a partir do zero, para refazê-lo nas duas próximas semanas, em função de uma nova realidade. Informou que no dia anterior tivera uma reunião com os estudantes. A maioria dos assuntos dizia respeito à unidade curricular e correspondia às preocupações colocadas pelos representantes dos estudantes. Posteriormente, existirá sempre que necessário, um diálogo que se deseja frutífero, de modo a ultrapassar todas as dificuldades que forem surgindo.

Por fim, referiu-se à Escola no seu todo, dizendo que se reorganizou para responder a este momento que todos estão a viver. Destacou que a Escola fez o trabalho possível e que foi bom, porque não parou. Continuou com as atividades, com uma adaptação necessária, utilizando-se recursos que não eram habituais, que, por vezes, traziam alguns problemas. Pensa-se que, provavelmente houve unidades curriculares em diferentes ritmos, mas considera-se que, numa situação como esta, tudo isso era normal, não apenas para os docentes, mas também para os estudantes. Referiu-se às

primeiras aulas virtuais que teve que ministrar por meios eletrónicos, dizendo que a participação dos estudantes fora bastante limitada e continua a sê-lo. Referiu que os docentes têm horas de atendimento de orientação tutorial estabelecidas que fazem parte da programação e que criou uma sala virtual em que os estudantes podem aceder com hora marcada. Até aquele momento, volvidas três ou quatro sessões nunca teve nenhum participante. Também nas aulas síncronas, a participação tem sido muito diminuta. Mostrou ainda preocupação para o próximo ano letivo, que é nisso que se têm que focar, porque vão ter de enfrentar uma série de problemas para o preparar e que essa responsabilidade compete a quem de direito. Crê que vão começar o próximo ano letivo com características diferentes que exigem recursos pedagógicos diferentes em que as mesmas metodologias e as mesmas estratégias dos anos anteriores em regimes presenciais, que de um momento para o outro começam a ser usadas umas série de ferramentas online, e a principal questão é saber usá-las de forma adequada com suporte pedagógico e saber aplicá-las de forma a manter os estudantes envolvidos e motivados para que seja possível fazer um acompanhamento dos processos pedagógicos.

**O conselheiro Luís Lapão**, e Presidente do CG, tomou a palavra, dizendo que foi acompanhando o trabalho feito pela Direção da ESEL, apercebendo-se do esforço feito, e, depois do que ali tinha sido dito pelos conselheiros, mostra de facto um esforço muito grande da ESEL, para dar resposta à situação estranha que se está a viver e que todos nós temos que estar preparados e, essencialmente aproveitarmos o que temos aprendido e ter estratégias, dado que a situação pode prolongar-se por mais tempo. Reforçou as palavras da conselheira Ana Nunes de Almeida na importância dos alunos e na importância dos docentes envolverem os alunos nos processos. Referiu que a sua experiência enquanto Professor dos 2º e 3º ciclos é muito positiva no envolvimento dos alunos, na sua partilha e na discussão sobre como se pode proceder às avaliações. Pensa que haverá aqui caminhos a percorrer que podem ser bons para o futuro. referiu que se pensa na saúde cada vez mais centrada no doente, mas também é importante o ensino mais centrado no aluno. Considera que existe um caminho de investigação na área da educação. Neste sentido, refere que, quem trabalha nesta área, tem que encontrar formas de envolver o ensino dessa forma, tem que se aprender com exemplos internacionais, aprender sobre segurança e aplicar esses conceitos. Refere que existem condições, pelo conhecimento que tem e pelo que se está a aprender de se fazer um percurso partilhado

chegando a consensos que ajudem a que os próximos tempos sejam melhores ou mais fáceis de viver. Agradeceu a todos, os contributos e sugestões ali proferidos até ao momento.

**A conselheira Ana Guerreiro**, proferiu que reconhecem o trabalho que tem sido feito pela ESEL e que ela própria tem vestido a camisola, independentemente, do que está a acontecer ou já aconteceu, que escolheu a ESEL e que voltaria a escolher outra vez. Referiu que o facto dos alunos terem-se lamentado da ausência de uma auscultação prévia acerca de algumas decisões, pese embora eles se tenham disponibilizado para o diálogo. Salientou que a reorganização do próximo ano letivo deverá ser feita cuidadosamente e com todos os elementos da comunidade escolar, uma vez que o grupo é muito heterogéneo e docentes e discentes têm objetivos comuns, devendo por isso, haver aqui um esforço conjunto.

**O conselheiro David Loura** proferiu que os discentes são os maiores críticos da comunidade estudantil e reconhece que o problema ali explanado, relativamente à falta do envolvimento dentro da comunidade académica é real, pois eles próprios enquanto dirigentes da Associação dos Estudantes também o experienciam. Diz ter como referência a abstenção nas eleições dos representantes estudantis para os órgãos de gestão ou para as eleições das associações de estudantes, sendo que a abstenção, na Escola, é histórica e refere mesmo que nunca foi além dos 20% nos dois últimos anos. Considera que alguma coisa está mal e que é importante perceber o que causa esta falta de envolvimento dos estudantes. Informou que eles enquanto estudantes, durante todo este processo que se tem vindo a desenrolar na reorganização curricular, os estudantes foram chamados a pronunciar-se de forma a ouvir os seus pares. Esclarece que eles enquanto alunos do 4<sup>a</sup> ano, têm um conhecimento mais aprofundado, fizeram formulários anónimos para que as pessoas não tivessem vergonha de dar a sua opinião, fizeram diretos, fizeram reuniões virtuais com os colegas, fizeram inúmeras publicações dos seus estudos e, mesmo assim, não conseguiram que toda a gente se expressasse. Por isto pensa que sentem na pele a questão do não envolvimento, no entanto, entende que não têm que se esconder atrás desse problema e não comunicar a necessidade que esses estudantes têm em ser representados e ter as suas opiniões ouvidas.

Após ouvidos todos os conselheiros, o Presidente do CG deu a palavra ao Presidente da ESEL Prof. João Santos, que começou por agradecer a documentação que o Presidente do CG e o conselheiro Silvério Marques tinham enviado para que pudéssemos consultar, ler e saber um pouco mais sobre esta matéria e também a todos os presentes pelo contributo e participação. Continuou dizendo que

*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten signature]*

esta pandemia tinha trazido à tona exposições mais diversas, dizendo que as pessoas reagiram de uma forma muito particular e que, como é normal, nem todas foram positivas. Pensa que o medo foi talvez o sentimento mais vezes verbalizado nem sempre nos termos mais adequados, mas que na realidade o medo com a irracionalidade que o caracteriza também acaba por toldar, às vezes, um raciocínio mais racional que importa fazer. Continuou dizendo que todos os intervenientes, docentes, estudantes e outros colaboradores, sobretudo o caso dos estudantes que manifestaram desconforto com o modo como em alguns momentos as coisas aconteceram, afirma, que, em regra, foram absolutamente colaborantes e fizeram o melhor do seu esforço, compreendendo que a situação era de exceção e de incerteza e que, em alguns casos, não havia alternativa. Declara que, ainda hoje, se está a perspetivar o futuro, um futuro que está a ser moldado por uma realidade que não é possível controlar e que o preocupa o próximo ano letivo, em que os cursos da ESEL estão acreditados presencialmente, o que significa que não podem ter mais do que 25% de atividade não presencial. A ESEL não tem condições para acreditar cursos com uma proporção diferente, porque é um trabalho imenso que, no momento, ninguém tem condições para o realizar. Acrescenta que neste âmbito ainda existem as normas de distanciamento em vigor que obrigam ao desdobramento das turmas em três ou quatro o que inviabiliza a sua própria existência por não haver espaço físico nem docentes a quadruplicar, para poder fazer a desmultiplicação que estas regras determinam. Expressa que estão a pensar no assunto, mas que, se não houver uma orientação diferente que diga que as regras vão ser outras, não sabe como será o próximo ano letivo, porque considera que existe uma incompatibilidade óbvia entre os 25% de atividade não presencial que é uma exigência da Agência da A3ES para manter os cursos acreditados e a possibilidade de desdobrar os processos pedagógicos presenciais das aulas teóricas e teórico-práticas para cumprir com rigor, nas instalações da ESEL, as aulas que é preciso lecionar presencialmente. No momento atual, diz que é perspetivado aquilo que poderá acontecer, mas que só no último momento é que podem saber se se podem concretizar. Assegura que é um jogo de antecipação com risco total, porque, de um momento para o outro as regras mudam e as orientações da tutela alteram-se e nada do que tinham pensado será possível realizar. Clarifica que foi esta a razão que fez com que a atividade presencial e tudo aquilo que era preciso fazer presencialmente, fosse empurrado para a frente, não porque o quisessem, mas porque estavam em estado de emergência e não era possível ter as pessoas na Escola, esperando que um dia se iniciasse o processo de desconfinamento, dando assim, continuidade às atividades ora

adiadas. Reforçando que adiar a realização das atividades foi uma absoluta necessidade face ao evoluir da situação, não querendo ali desculpar-se, ou justificar algo, mas porque a realidade de algumas delas não permitia discutir previamente fosse com quem fosse, porque não havia alternativa.

Dando continuidade à sua intervenção, teceu algumas considerações fazendo o ponto de situação do que aconteceu desde a comunicação que foi feita em 25 de Abril e que, entretanto já evoluiu. Começou por dizer que foi elaborado um Plano de Contingência inicial, mas diz que foi atropelado pelo estado de emergência que fez com que ele a partir da fase dois não fizesse sentido, tendo sido substituído pelo Plano de emergência a nível nacional. Informou que já tinha sido refeito, numa lógica completamente diferente face à situação que vivemos hoje e não se sabe se se vai manter durante muito tempo. Relativamente à questão dos estágios e ao seu enquadramento, referiu que a necessidade que a Escola tem de fazer algumas semanas de estágio tem a ver com duas coisas: uma delas o facto de a Escola não cumprir com uma regra excepcional que a Agência da Acreditação aceitou por proposta da Ordem dos Enfermeiros, que aos estudantes bastava ter mil e oitocentas horas de ensino clínico já feito para poderem terminar o Curso, substituindo as horas de ensino clínico que ainda faltavam, nomeadamente do 4º ano por outras tipologias. Reforça que importa dizer que a Escola tem um Plano de Estudos com todas as regras e que nenhuma Escola com o Plano de Estudos atual teria condições para cumprir com exceção proposta pela Ordem, a não ser pelo facto de há dois anos atrás por imposição da Agência de Acreditação ter havido um acréscimo de horas em todos os ensinamentos clínicos, e isto fez com que os estudantes do 3º ano tivessem completado bastante mais horas do que aquelas que seriam desejáveis. Assim, explica que o que acontece hoje, é que alguns Planos de Estudos que não têm o 2º semestre do 4º ano uma carga horária tão elevada como tem o da ESEL atingiram previamente essas mil e oitocentas horas. Reforçou a sua opinião dizendo que tem as maiores dúvidas que esta posição da Ordem e da Agência seja uma posição sustentada do ponto de vista técnico-científico e pedagógico, porque o estágio do 2º semestre, não é uma mera contagem de horas; tem resultados de aprendizagem que são específicos da fase final do curso, o que significa que todas as outras Escolas que conseguem não fazer no 2º semestre do 4º ano impediram os estudantes de realizar resultados de aprendizagem clínica, (não falando de outras que eventualmente podiam ser substituídas) que eram inerentes a um estágio que não foi realizado. Refere que desde a primeira hora, sempre se opôs a que isto fosse mera contabilização. Percebe que

J

EL

a situação de pandemia justifica muitas decisões, mas o que quer dizer é que, para a ESEL, isto não significa que a ESEL é que esteve mal, significa que, naquelas condições de exceção, a ESEL não poderia “beneficiar”, apesar de, a ESEL ter algumas condições para garantir. Não diz que se atinjam em seis semanas o que se atingiria em catorze, mas, é possível que ainda assim aqueles resultados de aprendizagem mais críticos ou de maior importância nesta fase do curso possam ser atendidos. Face ao que foi dito, que a pandemia demonstrou que o Plano de Estudos da ESEL tinha que ser alterado, concorda que o PE tem que ser alterado, mas não pela pandemia. Considera que ele deve ser avaliado por todos os intervenientes, estudantes e professores, mas, reforçou que não era por causa da pandemia. Considera que a ESEL tem é que ter um PE bem estruturado, bem fundamentado, com conteúdos necessários.

Relativamente ao retorno aos campos de estágio, refere que já há algum tempo que perceberam que as instituições colocam imensas dificuldades, lembrando o exemplo explanado pela conselheira Manuela Marques, que falou das suas dificuldades. No entanto, o que lhes parecia um tanto incompreensível é que o SNS, na sua reorganização, deixou um conjunto de outros serviços, que, mesmo com uma utilização baixa podiam ter sido oferecidos às instituições, nomeadamente aos estudantes que precisavam de concluir o seu curso, de forma a que a sua retenção não venha a ter o efeito que todos já perceberam que vai ter. Refere ainda que se os estudantes ficarem retidos no seu percurso pedagógico, os próximos dois ou três anos, pelo menos dois, não vão sair enfermeiros para fazer a necessária renovação dos quadros das instituições. Esclarece ainda que têm sido confrontados com a questão dos EPIs que faltam, eventualmente dos testes, mas, chama a atenção para a realização dos testes, porque eles valem o que valem, são úteis naquele dia e questiona se se vão testar os profissionais todos os dias, porque não há garantias de que, no dia seguinte, ou mesmo na hora a seguir, não esteja contaminado. Entende que será necessário conversar com as pessoas e trazer algum pensamento mais objetivo e que não seja excessivo. Considera, no entanto, que é importante que os estudantes que vão começar estágios, na medida do possível, procurem ter um comportamento preventivo relativamente à possibilidade de serem infetados, ninguém pode garantir porque, e como já ali tinha sido dito, uma ida ao supermercado pode ser mais perigosa do que ir para determinados contextos de ensino clínico, mas é uma responsabilidade desde logo individual tentar garantir as condições mínimas de cada um. Disse ainda que, neste contexto, a Escola tinha um seguro, desde o ano passado, que diz cobrir os riscos humanos nas atividades desenvolvidas no

âmbito do seu currículo escolar em ambiente hospitalar, Centros de Saúde e Unidades de Saúde em sede de ensino clínico, designadamente de contágio de doença transmissiva, esclarecendo que este seguro foi feito a pensar em situações, como a tuberculose, sarna, entre outras. Como todos sabem são riscos que decorrem da prestação de cuidados e, neste momento, o risco de ser contaminado, é um risco que está presente na atividade do estudante de enfermagem neste caso, porém a Escola nunca deixará de tomar as decisões que forem as mais adequadas para salvaguardar aquilo que acontecer aos estudantes, seja pela COVID, seja por outro motivo qualquer.

Relativamente aos mestrados, refere que o que propuseram a todos os estudantes de mestrado, foi que iam retomar, de uma forma parcial, porque, embora se diga que estão na linha da frente, considera-se que essa afirmação não é verdadeira, porque uns estão, mas outros não estão e que estão desejosos por terminar os seus cursos. Refere que a decisão inicial foi a de suspender os cursos para perceber se havia muitos enfermeiros. Sabiam que não teriam muitas condições para a sua realização, no entanto, constatou-se que muitos destes estudantes vieram dizer que continuavam a trabalhar e que tinham condições para continuar a estudar, isto para referir que a heterogeneidade é imensa, mas que num determinado momento, as decisões têm que ser tomadas, mesmo que, de seguida tenham que ser abertas exceções e que se for preciso abrem-se exceções. Para tal é necessário haver uma orientação, porque não se pode paralisar a formação, e o país precisa de enfermeiros e de enfermeiros especialistas e a ESEL tem essa obrigação para com o país. De seguida, referiu-se à questão da retoma e, como isso ia ter custos, observando que as propinas eram o que eram e que os estudantes estão a pagar por um serviço que ainda não tiveram, mas clarifica que é obvio que vão ter direito a ele, aconteça o que acontecer, porque como todos sabem o regresso aos estágios não depende da Escola. Afirma que a Escola está a fazer tudo o que pode para conseguir campos de estágio seguros, naquilo que é possível para os estudantes regressarem. Entretanto, alerta que o que vai acontecer, vai ser muita coisa diferente, porque há serviços onde estavam estudantes que deixaram de existir, porque foram reconvertidos e passaram a ser serviços COVID, ou simplesmente alteraram as suas características, reforçando a ideia de que estamos numa fase em que todos têm que ser muito flexíveis e enfrentar esta adaptação. No entanto, o estudante pode não aceitar, mas a Escola não tem nenhum mecanismo que garanta que aquele campo de estágio estará disponível daqui a um ou dois anos ou nunca, daqui este apelo à adaptação e à flexibilidade ser algo que tem que estar presente na vida de todos, porque as coisas evoluem rapidamente.

Retomando a questão das receitas, refere que, há dois meses para cá, a Escola teve uma redução de receitas próprias de cerca de cento e cinquenta mil euros, muito à custa das propinas dos mestrados que foram adiadas, ou seja, uma parte deste valor será recuperada, quando os estudantes voltarem, que se pensa que seja breve. Relativamente à licenciatura, não há grande pressão, ainda que tenha havido referência de casos de famílias que estão com dificuldade em fazer esses pagamentos, mas refere que esse tipo de dificuldades sempre existiu desde a última crise. Para este efeito, existem mecanismos da Ação Social que conseguem fazer planos de pagamento, bem como outras medidas que possam fazer face a estas dificuldades específicas. Referiu-se ainda à Residência que, quando os estudantes voltarem, tem que ser aberta. Com este regresso, ela terá que funcionar com menos estudantes e com regras diferentes. O refeitório terá que voltar a abrir. Tem que haver EPIs na Escola. Referiu que tudo isto, com uma redução da receita, não se apresenta como um bom cenário, acrescido ainda de que as empresas que fornecem o material como máscaras e outros, se aproveitaram da pandemia e aumentaram o custo desse material que já era habitual a ESEL adquirir. Informa que há instituições que exigem que os estudantes vão munidos de máscara, eventualmente algumas delas de testes e que esta situação será negociada caso a caso. Se for preciso a Escola responderá, pois já fez uma aquisição de cinco mil máscaras cirúrgicas e que está a preparar outras aquisições.

No que respeita à investigação, informou que houve um acréscimo de envolvimento de docentes em projetos de investigação, quer relacionados com a Covid-19, como vários de outra natureza, tendo sido muito bem aproveitado este tempo de menor atividade por um grupo significativo de docentes que se empenharam fortemente nesta dimensão e que era importante realçar nesta reunião. Relativamente aos docentes contratados, refere que é um problema antigo o número elevado dos contratados e que este ano a sua resolução começou a ter um grande impulso, com a abertura de concursos para professores adjuntos, porque, face à carga letiva a que a ESEL tem que dar resposta, só será possível diminuir o número de contratados externos, aumentando o número dos internos.

Informou ainda que é desejo da Escola que os estudantes do 4º ano possam terminar o seu curso, o mais depressa possível e, para isso, a ESEL tem estado em constante negociação com as instituições que fornecem os campos de estágio, mas, afirma, que receberam a informação da existência de algumas anulações, porque os estudantes não os quiseram ocupar. Neste momento, não se sabe se

os setenta e oito docentes e os estudantes querem regressar aos estágios, uns, com razões fundamentadas, e outros, com razões menos fundamentadas. Esclareceu que a reabertura e retorno dos estudantes aos campos de estágios foi forçada pela tutela, porque a ARLVT não tinha a intenção de receber estudantes. Alertou também para a interrupção dos estágios do 3º ano que, provavelmente, só em setembro poderão concluí-lo, isto porque a maior parte das instituições só está a aceitar alunos do 4º ano.

Por fim, clarifica que as, relativamente a este assunto, em momento nenhum, omitiu informação aos estudantes. Pode, no entanto, não ter sido pedida pronúncia para a tomada de decisão, mas esclarece que nem sempre isso era possível, atendendo à velocidade com que as coisas aconteceram, dando como exemplo o encerramento da Escola que foi uma decisão tomada em conjunto com a Comissão de Acompanhamento COVID-19 na ESEL. Reitera que a Direção está sempre disponível e aberta, como sempre esteve para falar com a AESEL, Docentes, Discentes e outros colaboradores.

O Presidente do CG, tomou a palavra agradecendo todas as contribuições e intervenções que ali foram proferidas, reiterando o apoio do Conselho Geral ao Presidente da ESEL, dizendo que se encontram ao dispor, para possíveis decisões difíceis, porque trata-se do futuro do ensino dos enfermeiros e da maneira de termos enfermeiros no local para que os Hospitais não deixem de funcionar.

**Ponto 3** – O Presidente do CG, começou por informar que, em Outubro deste ano, ia participar em duas conferências da Associação Europeia de Saúde Pública, online e, outra no início de Novembro em Barcelona, da qual fazia parte do Conselho Científico, semi-presencial e virtual. Referiu que não podiam deixar de celebrar o ano internacional do Enfermeiro com a comunidade da ESEL.

Partilhou um slide, dizendo que, podemos mobilizarmo-nos, fazendo um esforço no sentido de organizar um evento, onde se discuta estas questões e pensar sobretudo, no seu conteúdo e estrutura.

Sugeriu que, fosse uma manhã ou uma tarde em modo virtual, solicitando sugestões para a sua realização.

Os conselheiros mostraram-se disponíveis e concordaram com a iniciativa, disseram ainda que, era importante fazê-lo este ano, porque mostraria o orgulho de serem enfermeiros. Consideraram que

esta ideia de comemoração, era muito importante e que não nos devemos centrar no passado, mas perspetivar futuro, ia muito na linha desta proposta.

Foram apresentadas várias propostas, uma delas, que o evento deveria centrar-se no que se passou durante a crise da COVID-19, sob o ponto de vista de Saúde Pública e Técnico-científicas e orientado para o ensino da enfermagem.

Foi ainda apresentada uma proposta, para a Comissão Organizadora e, tendo em conta as sugestões, posteriormente fazer uma reunião com as pessoas mencionadas.

O Presidente do CG, referiu que ia querer manter um diálogo próximo com todos os intervenientes.

Nada mais havendo a tratar o Presidente do CG deu por encerrada a reunião pelas treze horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada a presente ata.

O Presidente do Conselho Geral



Prof. Doutor Luís Velez Lapão

A Secretária do Conselho Geral



Dra. Maria de Fátima Rosa da Silva